



**MINISTÉRIOS  
PÚBLICOS**

**REGIMENTO INTERNO DO ENCONTRO DE PROCURADORES-GERAIS  
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E DO  
PROCURADOR DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU**

Com as últimas alterações, aprovadas no XXII Encontro de Procuradores-Gerais, realizado em Lisboa, nos dias 4 e 5 de novembro de 2025

Conscientes da importância de enriquecer o património jurídico comum com a relevante contribuição da cultura jurídica de cada um dos povos que integram a grande família dos países de língua portuguesa e da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM);

Cientes da relevância da promoção e do incentivo ao intercâmbio de experiências entre Sistemas Jurídicos e entre os Ministérios Públicos dos Estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da RAEM;

Considerando a Resolução sobre a Adoção de um Quadro Orientador para a Elaboração dos Regimentos Internos;

Cientes da importância de agregar e de envolver a RAEM;

Os Procuradores-Gerais dos Estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa ACORDAM em aprovar o seguinte Regimento Interno do Encontro de Procuradores-Gerais da CPLP e do Procurador da RAEM:

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1.º**

**Definição**

O Encontro de Procuradores-Gerais da CPLP e do Procurador da RAEM, doravante Encontro, configura-se como um fórum privilegiado de discussão e partilha de experiências com vista ao



## **MINISTÉRIOS PÚBLICOS**

aprofundamento das relações institucionais e da cooperação jurídica internacional entre os seus membros.

### **Artigo 2.º**

#### **Sede**

O Encontro tem a sua sede no Estado ou na Região do Presidente designado para presidir ao mesmo.

### **Artigo 3.º**

#### **Objetivos**

Constituem objetivos do Encontro , designadamente:

- a) Coordenar as ações de cooperação jurídica nos respectivos Ministérios Públicos, cabendo-lhes, ainda, especificar as modalidades e os instrumentos para exercerem tal competência;
- b) Promover, incentivar e desenvolver relações entre os seus membros nos domínios jurídico e judiciário;
- c) Estimular a participação dos Membros e Magistrados dos Ministérios Públicos em atividades de formação e aprimoramento profissional;
- d) Promover o intercâmbio de experiências e informações, notadamente no domínio da cooperação jurídica e judiciária, jurisprudencial e bibliográfica;
- e) Viabilizar reflexões conjuntas de temas e questões que se mostrem de interesse comum para os diversos sistemas jurídicos e judiciários.



**MINISTÉRIOS  
PÚBLICOS**

## **CAPÍTULO II**

### **DOS ÓRGÃOS**

#### **Secção I**

#### **DISPOSIÇÃO COMUM**

##### **Artigo 4.º**

##### **Órgãos AEM**

São órgãos do Encontro :

- a) A Presidência do Encontro;
- b) O Secretariado Permanente;
- c) O Secretariado da Sessão.

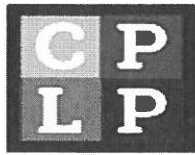
#### **Secção II**

#### **DA PRESIDÊNCIA DO ENCONTRO**

##### **Artigo 5.º**

##### **Presidente do Encontro**

1. Em cada Encontro fica definida a presidência seguinte, por ordem alfabética, ao Procurador-Geral da República do Estado membro da CPLP ou ao Procurador da RAEM, salvo acordo que defina presidência distinta.
2. O mandato do Presidente inicia-se após o encerramento do Encontro que o designa e cessa após o encerramento do Encontro que designa o presidente seguinte.
3. Caso o mandato do cargo de Procurador-Geral e de Procurador da RAEM cesse antes do término da Presidência esta é assumida pelo novo titular do cargo ou por quem o substitua.



**MINISTÉRIOS  
PÚBLICOS**

## Artigo 6.º

### **Competência do Presidente**

#### 1. Compete ao Presidente do Encontro:

- a) Representar, interna e externamente, o Encontro;
- b) Agendar e convocar o Encontro, na sequência de concertação dos seus membros;
- c) Elaborar a agenda de trabalho do Encontro, submetendo-a à aprovação dos membros, com a antecedência de 3 meses;
- d) Presidir e dirigir os trabalhos do Encontro;
- e) Assegurar a organização, os meios logísticos e os recursos financeiros requeridos, sem prejuízo de demanda de apoio de outros membros ou de instituições externas;
- f) Dar cumprimento às deliberações que forem tomadas pelo Encontro;
- g) O que mais lhe for incumbido pelo Encontro.

#### 2. Ao Presidente cessante cabe promover o depósito, junto do Secretariado Executivo da CPLP, dos documentos aprovados no Encontro.

## Secção III

### **DO SECRETARIADO PERMANENTE**

## Artigo 7.º

### **Composição**

- 1. O Secretariado Permanente é composto por um Secretário-Geral e por um Secretário, designados pelo Encontro, de entre os magistrados ou técnicos afetos aos respectivos Ministérios Públicos, com o mandato de 2 anos, renovável uma vez.
- 2. O Secretariado Permanente é dirigido e coordenado pelo Secretário-Geral.



**MINISTÉRIOS  
PÚBLICOS**

3. O Secretário-Geral é coadjuvado e substituído, em caso de ausência ou impedimento, pelo Secretário.

#### Artigo 8.º

##### **Competência**

O Secretariado Permanente é um órgão de apoio e tem por funções:

- a) Assegurar a ligação com os núcleos de apoio nacionais ou regionais;
- b) Assegurar o depósito da Declaração do Encontro junto do Secretariado Executivo da CPLP;
- c) Recolher e difundir as informações com interesse para as atividades do Encontro;
- d) Organizar e conservar os arquivos do Encontro;
- e) Assegurar o seguimento das decisões, iniciativas e medidas que venham a resultar de deliberações do Encontro ;
- f) Apoiar na organização e preparação do Encontro ;
- g) Acompanhar o funcionamento das Redes criadas pelo Encontro;
- h) Funcionar em estreita articulação com o Secretariado Executivo da CPLP, no quadro das respetivas competências.

#### Artigo 9.º

##### **Sede**

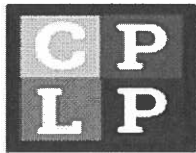
O Secretariado Permanente tem sede no local designado pelo Encontro.

#### Secção IV

##### **DO SECRETARIADO DAS SESSÕES**

#### Artigo 10.º

##### **Composição e Competência**



## **MINISTÉRIOS PÚBLICOS**

1. O Secretariado é composto por um Secretário, designado pelo Presidente, e por mais 2 elementos indicados de entre os integrantes das delegações.
2. Ao Secretariado cumpre exercer as funções de relator e demais funções que lhe forem atribuídas pelo Presidente.
3. As funções do Secretariado da Sessão cessam com a aprovação e a entrega dos documentos produzidos ao Secretariado Permanente, o que deve acontecer no mais curto prazo.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO ENCONTRO DE PROCURADORES - GERAIS DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E DO PROCURADOR DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU**

##### **Artigo 11.º**

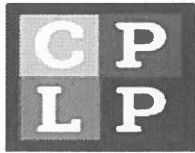
###### **Sessões**

1. O Encontro reúne em sessão ordinária, uma vez a cada ano.
2. O Encontro pode reunir em sessão extraordinária, por iniciativa do Presidente do Encontro, de qualquer Procurador-Geral ou do Procurador da RAEM, desde que, após consulta de todos os membros, a proposta seja aprovada por consenso.
3. O Encontro apenas pode reunir com um quórum mínimo de sete membros.
4. Sob proposta da Presidência e concordância de todos os membros, os observadores podem acolher o Encontro.

##### **Artigo 12.º**

###### **Composição**

1. O Encontro tem como membros os Procuradores-Gerais dos Estados membros da CPLP e o Procurador da RAEM, ou seus representantes.
2. O Encontro pode aprovar, por consenso, a admissão de observadores permanentes.



## **MINISTÉRIOS PÚBLICOS**

3. Sob proposta da Presidência e concordância de todos os membros, podem participar no Encontro, com o estatuto de observador, convidados tanto do país anfitrião, como dos outros países ou organismos internacionais.

### **Artigo 13.º**

#### **Da Mesa da Sessão do Encontro**

1. A Mesa da Sessão é constituída pelo Presidente do Encontro, pelo Vice-Presidente e pelo Secretário referido no artigo 10.º.
2. O Presidente do Encontro seguinte assume o cargo de Vice-Presidente, salvo acordo que defina de forma distinta.
3. O Vice-Presidente do Encontro substitui o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

### **Artigo 14.º**

#### **Competência**

1. Ao Encontro compete:
  - a) Tomar as deliberações necessárias à execução e desenvolvimento dos objetivos do Encontro que tenham sido agendados;
  - b) Aprovar e votar as alterações ao Regimento Interno do Encontro;
  - c) Designar o Presidente do Encontro, nos termos do artigo 5.º;
  - d) Designar o Secretário-Geral a que se refere o artigo 7.º;
  - e) Aprovar a ata e o comunicado final, donde constará a síntese dos trabalhos, as recomendações formuladas e as deliberações tomadas;
  - f) Criar Redes relativamente a matérias relacionadas com a atividade do Ministério Público;
  - g) Decidir sobre outras matérias que sejam levadas à sua atenção.



## **MINISTÉRIOS PÚBLICOS**

2. As deliberações do Encontro são tomadas por consenso das delegações presentes.

### **Artigo 15.º**

#### **Convocatória**

1. A convocatória é feita pelo Presidente do Encontro, com a antecedência mínima de três meses, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º.
2. As comunicações são feitas por qualquer meio expedito, sem prejuízo da utilização de via diplomática.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS REDES**

### **Artigo 16.º**

#### **Redes**

1. As Redes criadas nos termos da alínea f) do artigo 14.º funcionam sob a coordenação da Procuradoria-Geral da República dos Estados da CPLP ou da Procuradoria da RAEM, designada pelo Encontro.
2. A coordenação referida no número anterior tem a duração de três anos, salvo indisponibilidade manifestada pela coordenação em exercício ou outro motivo relevante.
3. A coordenação referida no número anterior é suscetível de renovação por idêntico período.
4. Cada Rede elabora e submete à aprovação do Encontro as respetivas regras de funcionamento.

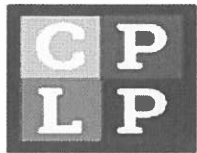
### **CAPÍTULO V**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Artigo 17.º**

#### **Recursos financeiros**





**MINISTÉRIOS  
PÚBLICOS**

As ações aprovadas no âmbito dos Encontros são financiadas por fontes a serem identificadas pelos respectivos órgãos.

### Artigo 18.º

#### **Entrada em vigor**

1. O presente Regimento Interno, aprovado pelo IX Encontro de Procuradores-Gerais da CPLP, reunido na Cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, entrou em vigor após a aprovação de todos os Procuradores-Gerais dos Estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.
2. As alterações introduzidas no XXII Encontro entram em vigor de imediato.